

O Comércio Exterior *

JAYME MAGRASSI DE SÁ

A fim de facilitar esta exposição sobre comércio exterior, parece-me conveniente dividi-la em duas partes: a primeira referente ao comércio propriamente dito; a segunda, abordando algumas falácias em torno do assunto, nas quais se insiste muito, insistência curiosa, que só pode ocorrer ou por desconhecimento ou por inconsciência.

Aliás, é essa divisão que me permitirá desenvolver o assunto, pois se ficasse apenas na análise do comércio exterior propriamente dito, pouco teria a dizer, além do exame dos quadros estatísticos, tão monótonos na sua estruturação, quanto no comportamento que expressam, dada a relativa imutabilidade ao longo do tempo.

1.^a PARTE: ANÁLISE DO COMÉRCIO EXTERIOR

O Quadro I, ao fim desta exposição, indica-nos a estrutura da exportação brasileira: em média, 65% são compostos por gêneros alimentícios; 30%, por matérias-primas. Os produtos manufaturados compõem 5% da pauta. Vemos que persiste praticamente imutável a dependência rígida que sofremos da venda de produtos primários. Rígida e desfavorável pelos reflexos que têm quer na relação de trocas, quer na instabilidade de nossa receita cambial.

Tomando os totais absolutos, estampados nesse quadro, notamos que entre 1963 e 1966, o aumento de exportação foi da ordem de 25%, do que correspondeu, em larga margem, aos efeitos do reajustamento da taxa de câmbio. Registra-se progresso razoável no valor das vendas de artigos manufaturados — de US\$ 37 milhões para US\$ 96 milhões. Mas esse montante permanece modesto em termos absolutos e de pouca expressão no quadro geral de exportação (ALALC). Mantém-se permanente a receita do café e incrementa-se o item “Diversos” — vários pequenos produtos primários — importante, mas ainda constituído de produtos primários. A importância, no caso, é regional por excelência.

O Quadro II mostra-nos as importações. Estrutura também imutável, segundo seus grandes itens — matérias-primas, gêneros alimentícios, etc.

A leitura dos números, de tão ostensiva em sua expressividade, dispensa análise auxiliar.

Do exame conjunto dos dois quadros, observa-se que o saldo de divisas que acumulamos no exterior até meados de 1966, deveu-se mais à queda nas importações do que ao crescimento das exportações. Tivéssemos mantido o ritmo normal de compras no exterior, mesmo sem crescimento vegetativo, isto é, na ordem de — US\$ 1,5 bilhão, teríamos tido, no período 1964/66, um *superavit* de US\$ 265 milhões, e não de US\$ 910 milhões, como demonstra a soma das diferenças anuais estampadas nas tabelas em referência.

Observa-se que em 1966 houve certa recuperação nas aquisições do País voltando-se ao nível de importação de 1963. Mas isso só revela que em 1964 e 1965 “desestocara-se”, recompondo-se no ano passado parte dos estoques regulares em alguns setores da economia. Em 1967 — 1.^o semestre — o cresci-

* N.R. Este trabalho foi elaborado em 1967.

mento mais ativo é nos itens *trigo* e no pertinente a *produtos industrializados*, parecendo-me que, antes de refletir recrudescimento da atividade econômica, só constatável, a partir de maio do ano passado, o acréscimo mais se deve o fato ao exercício da nova Pauta tarifária (Categoria especial + redução de alíquotas e “pauta mínima”).

Mas, recuperando-se o ritmo da atividade econômica interna e mantido o insuficiente exercício da pauta mínima, teremos *deficit* no balanço de pagamentos no ano de 1967, ou na melhor das hipóteses saldo desprezível em sua magnitude.

O Quadro III (a) revela nossas vendas segundo seu destino e demonstra que tais vendas continuam concentradas em um grupo de países — EUA + Europa Ocidental, com 78,5%, melhorando razoavelmente nossas exportações para os sócios da ALALC. Melhoria que não se confirma, em seu ritmo de crescimento, em 1966; é que no período 1964/1965, correspondeu também a liberação da taxa de câmbio ou ao “desamarramento” de taxa fortemente contida.

O Quadro III (b) referente às importações segundo mercados que nos fornecem; mostra que a concentração na importação continua ativa — 78% provêm dos EUA e da Europa Ocidental. Com oscilações, mas sem melhora efetiva, apresentam-se nossas compras nos países da ALALC.

Dêsses últimos dois quadros — III (a) e III (b), a retirar como expressivo, só um ponto: nosso equilíbrio instável dentro da ALALC, ora tendo-se pequeno saldo, ora pequeno *deficit*, o que, por motivos iminentes, tende a ser de pequena duração. A correção do desequilíbrio, recompõe os níveis de intercâmbio entre o Brasil e os países da área, bastante para indicar que não podemos contar com evolução mais rápida nas trocas dentro da Associação. Sem efetiva integração econômica, a expansão do comércio será sempre pequena, função das modestas dimensões dos mercados componentes; e, para *integração*, precisamos encarar as coisas dentro da área ou nos países da área com muito mais seriedade, dispondo-nos a um esforço orgânico e bastante prolongado, mesmo porque dentro da estrutura econômica da região e com os padrões políticos que observamos, as possibilidades de integração são modestas e remotas, a meu juízo.

O Quadro IV espelha a relação de trocas do País. Vemos que cai bastante em 1966, depois da alta acentuada de 1964 e 1965. Como sempre, aliás, segundo os números revelam. E, por via de consequência, varia, simetricamente, nossa capacidade de importar.

* * *

A monotonia dos números sobre o comércio exterior do País, pela sua teimosa e trágica imutabilidade e pelo verdadeiro drama que expressam, acaba por cansar o analista. A rigor, tomando por base a rigidez de nossa pauta, basta olhar para os dados, vez por outra, para assinalar uma ou outra variação. Podemos saber, de antemão, que em matéria de estrutura fica tudo igual ou quase igual. Talvez, uma palavra adicional sobre o advento do CONCEX e do FINEX, iniciativas importantes, mas que, por si mesmas, não podem alterar o quadro de fundo de nosso comércio externo, infelizmente, que só se alterará de fato na medida em que evoluir com a estrutura econômica do País. Tautologia, sem dúvida, embora nem sempre respeitada e aceita.

Mas, monotonia cansa e, por cansar, é o analista levado a indagações mais profundas; não no sentido de explicar as causas da rigidez, que são sabidas, ou para entender seus reflexos na ordem interna, que são sentidos. Mas para apreciar certas assertivas que surgem como por encanto, mas que, curiosamente, se enraizam, tanto quanto seus defensores se encanizam no esforço de fazê-las prevalecer. E foi assim agindo que chegou-se à Segunda Parte desta exposição, e que chamamos de *análise de falácias* em matéria de comércio exterior, neste País.

2.^a PARTE: ANÁLISE DE FALÁCIAS

A primeira falácia, que se destrói ao combate de uma análise mais séria, é a que apresenta a exportação como *elemento dinâmico do desenvolvimento*. Repito *elemento dinâmico do desenvolvimento*, o que equivale a dizer que a exportação seria o fator de impulso do crescimento do Produto Interno e das reformas na estrutura econômica.

Quando se considera que 95% das exportações brasileiras são compostas por produtos primários, de fraca elasticidade/renda de demanda, e bem assim quando se tem presente que quase 80% dessas exportações se concentram em não mais de uma dúzia de mercados, podemos compreender que êsss fator, isto é, a exportação, não pode ser, êle mesmo, o *dínamo de nosso desenvolvimento*.

Devemos exportar mais, a melhores preços e para maior número de mercados! Sem dúvida alguma, que devemos tentar fazê-lo. Isso melhorará nossa Renda interna, aumentará nossa capacidade de importar e de pagar créditos externos. Ajudará a algumas das regiões pobres do País; mas não será, como se propala, *fator de impulso, elemento decisivo* do desenvolvimento econômico. Poderá ser elemento *complementar* e importante, mas nunca decisivo. Em outras palavras, nosso desenvolvimento não pode descansar apenas, como pretendem alguns, num esforço de exportação.

O perigo dessa falácia é levar-nos a pensar que, em exportando mais, podemos relegar todo o resto, pois o desenvolvimento será automático. Erro grave, de fundo e de forma. Exportar mais é *parte* de uma política de desenvolvimento; não mais do que isso. É assim que deve ser encarado, ainda que com tóda a seriedade e com todo esforço que merece na condição de *complemento*. É complemento importante. Mas para que prossigamos na marcha do desenvolvimento, é preciso isso e muito mais. Muito mais mesmo.

A segunda falácia é a de que podemos continuar a comandar o desenvolvimento, *substituindo importações*. Isso quer dizer que bastaria procurarmos, na pauta, aqueles itens mais expressivos, tentar produzi-los internamente e vermos assegurado ritmo conveniente de desenvolvimento. Quando se examina a estrutura das importações nacionais, verifica-se que a substituição, daqui para a frente, tende a ser progressivamente mais difícil, pois ou terá que recair sôbre itens como matérias-primas e combustíveis, que dependem da existência de reservas naturais, sua cubagem e os azares de sua exploração industrial em alguns casos, e justamente nos mais importantes, ou terá que recair sôbre produções industriais de alta tecnologia, de difícil implementação no País, a não ser a prazo relativamente longo; e por motivos óbvios. Substituição de importações na fase *inicial* do processo de desenvolvimento econômico é quase uma imposição; gradativamente, porém, perde importância no comandar esforço de progresso, isto é, deixa de ser elemento dinâmico do desenvolvimento.

Evidentemente que continuaremos a substituir importações e continuaremos a fazê-lo com a intensidade possível. Mas entre êsse comportamento e pensar que a substituição poderá ser o *elemento dinâmico de desenvolvimento*, há grande diferença. Quando se alcança a fase que atingiu a economia brasileira, substituir importações tem, ainda, um outro problema além dos dois referidos acima, e bastante sério — o da economicidade, que é comandado por duas condicionantes — o das dimensões do mercado e o da imposição tecnológica. Nem sempre é econômico investir para determinada escala de mercado e, em muitos casos, a engenharia econômica indica que para um mínimo de rentabilidade há que ter um mínimo de capacidade de produção instalada, mínimo êsse que, em geral, é bem elevado para as condições presentes da economia. Essas imposições cerceiam bastante, no estágio em que nos encontra-

mos no Brasil, a política de substituição de importações como elemento decisivo para o desenvolvimento.

Creio que já atingimos, no País, um estágio estrutural em que substituir importações passou a ser fato *complementar* do esforço do desenvolvimento e não a *síntese* de seu processo.

Há um campo específico em que podemos fazer, sem dúvida, um esforço de substituição significativo — o dos fretes internacionais. Esse sim, nos traria grande poupança de divisas, resultando em assegurar sensível progresso num setor de serviços básicos — o do transporte marítimo. Quanto ao mais, é de factibilidade duvidosa e de resultados parcimoniosos.

A terceira falácia é a que o *superavit* no balanço de pagamento promove o ingresso de maior volume de capital estrangeiro.

É sabido que temos poderosa reserva no exterior; de 600 a 700 milhões de dólares. Vejamos, porém, o ingresso e egresso de capital privado estrangeiro, segundo o último relatório do Banco Central, de 1966:

<i>ingresso de capital autônomo</i>		<i>egresso de capital autônomo</i>	
US\$ milhões			
1961	676	399	saído + 277
1962	530	310	+ 220
1963	352	364	— 12
1964	336	278	+ 58
1965	411	344	+ 67
1966	552	442	+ 110

Temos que, em matéria de ingresso líquido, em 1966, aproximamo-nos de apenas metade do nível de 1962, ficando bem abaixo do de 1961; isso no que diz respeito a balanço do item capitais; quanto à saída, porém, atingimos a nível mais elevado em 1966 do que em 1961. Usemos um barbarismo — *se a falácia fosse verdadeira*, nos anos de 1964, 65 e 66, o saldo positivo tenderia a ser maior do que de 1961 e 1962 e foi, no melhor dos anos, isto é, em 1966, de 50% do de 1962 e de 40% do de 1961. E no biênio 1961/62 nada tínhamos em matéria de reservas externas, enquanto a partir de 1964 acumulamos saldos apreciáveis.

Não. O ingresso de capital estrangeiro é função da situação política, das perspectivas econômicas do País a prazo médio e longo, da higidez de sua conjuntura interna, e sobretudo, do interesse dos investidores estrangeiros em relação a outras áreas.

Apontamos, pois, três falácias muito freqüentemente apresentadas como fruto de observação de alta categoria intelectual, mas realmente perigosas, por traiçoeiras; convém destruí-las, pois podem fazer grande mal ao progresso deste País, se continuarem a servir de instrumento à fuga de consciência e à ausência de ação efetiva em relação àqueles elementos que realmente permitirão continuarmos a trilhar a senda do desenvolvimento econômico e social.

Pena é que não se propale, na mesma intensidade com que se defende tais falácias, certas verdades, e verdads dolorosas, ajudando a combater erros e, aí sim, cooperando com o esforço nacional de desenvolvimento. Vejamos duas dessas verdades. A primeira é o dispêndio líquido com fretes internacionais. Entre 1962 e 1966 gastamos líquido, isto é, diferença entre receita e despesa de fretes, nada menos de US\$ 310 milhões de dólares, cifra que chega a US\$ 360 milhões se adicionarmos o dispêndio líquido com seguros. A segunda verdade é a *despesa líquida* com viagens internacionais, que foi de US\$ 25 milhões em 1962,

US\$ 14 milhões em 1963, US\$ 3 milhões em 1964, US\$ 1 milhão em 1965 e US\$ 15 milhões em 1966. Vale dizer um gasto *líquido* cumulativo de US\$ 58 milhões em 5 anos. Somando-se todo esse dispêndio líquido ao anterior, temos a cifra de US\$ 420 milhões em um quinquênio.

O item de viagens internacionais realmente impressiona, pois o País gasta *bruto* com tais viagens cifra poderosa e crescente. Em 1962, tivemos US\$ 30 milhões e já em 1966 gastamos US\$ 45 milhões; um acréscimo percentual de 50% ao longo de um quinquênio.

Demos, há pouco, já Governo Costa e Silva, importante passo no que concerne ao transporte externo, com reflexo sobre o balanço de fretes. Mas é ainda um passo; bastante mais devemos avançar nesse campo, para evitar os largos dispêndios líquidos que fazemos e que sangram nossa capacidade externa de importar, de pagar e de assumir compromissos financeiros.

A meu juízo, se eliminássemos apenas o *deficit*, isto é, se deixássemos de ter *dispêndio líquido* com fretes, seguros e viagens, teríamos poupanças da ordem de US\$ 90 milhões em média anual, o que nos daria para financiar um grande projeto industrial em setor básico da economia, ajudando a modificar estruturalmente nossa capacidade de produção, que é o traço mais marcante do desenvolvimento.

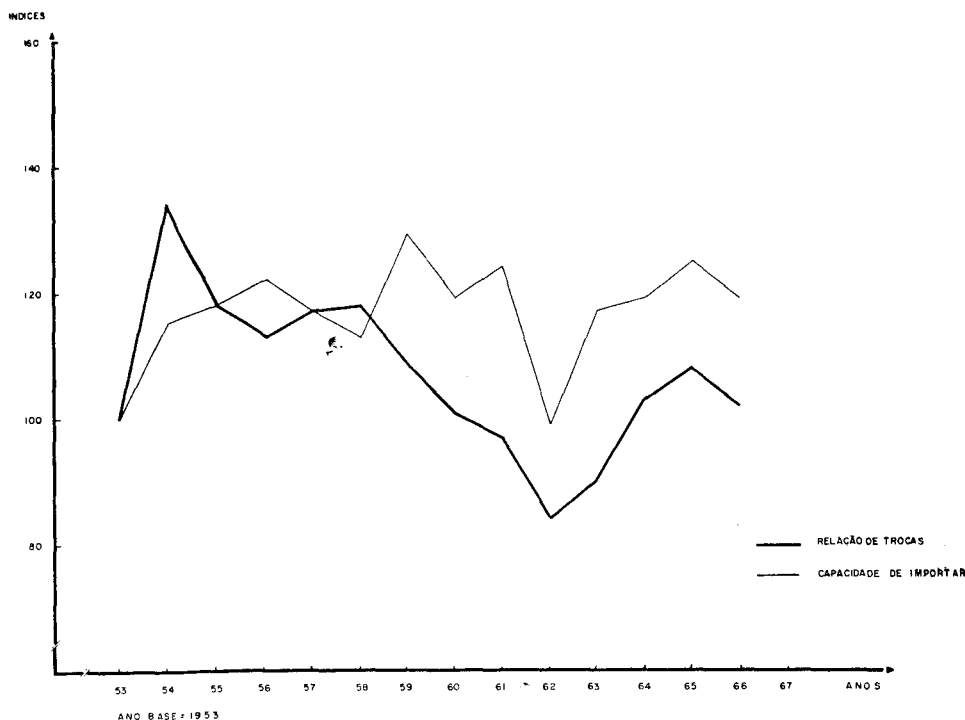
Enfim, procurando evitar a simples repetição de dados sobre comércio externo, que, pelas circunstâncias, se transforma realmente naquilo que nos “bastidores” dos técnicos em Economia chama-se a análise do “sobe e desce”, procuramos alinhar alguns temas para meditação, temas que, por comodidade foram denominados de falácias.

Mas não se pode terminar sem tirar uma grande conclusão — prosseguir no desenvolvimento, nesta fase da economia brasileira, é atacar 5 pontos básicos, a saber:

- a) fazer evoluir a base agrária, cujo retardo é quase um pecado nacional;
- b) atacar o problema da educação e, dentro dele, o da formação técnico-científico e o da pesquisa tecnológica;
- c) promover as reformas básicas na estrutura de produção;
- d) corrigir o sistema financeiro interno, bastante obsoleto e inadequado;
- e) lutar por melhores relações econômicas e financeiras externas, isto é, melhores preços para nossos produtos primários e maiores e mais adequados financiamentos externos ao nosso esforço de capitalização da economia.

Só o último ponto, e naquilo que se refere a *preços*, tem relação com o comércio exterior do País. Os demais são de vontade e decisão internas, vontade e decisão essas que constituem, em *ultima ratio*, o desejo consciente de progresso da coletividade.

Pelo que se acaba de expor, fica bem claro que em matéria de comércio exterior, análises mais freqüentes sobre o tema só se justificam para fins restritos. A relativa imutabilidade dos dados serve, porém, para obrigar-nos a reconhecer que só no desenvolvimento econômico teremos solução para os nossos problemas. Fugir a isso é desejar o País tão prêsso às cadeias de suas dificuldades, quanto ficarmos nós, analistas, ao longo do tempo, prisioneiros da monotonia de exames de um quadro que não varia; apenas uma tinta ou outra, um traço ou outro se aviva ou se esmaece, mas em geral esmaecendo sempre nossa esperança de que, um dia, possamos ver diferente a moldura, porque a tela se modificou realmente.



QUADRO I

Exportações brasileiras segundo as principais mercadorias
— 1963/1966 —

MERCADORIAS	VALOR FOB (US\$ 1,000)				COMPOSIÇÃO PERCENTUAL			
	1963	1964	1965	1966	1963	1964	1965	1966
TOTAL.....	1,406,480	1,429,790	1,595,479	1,741,442	100,0	100,0	100,0	100,0
1. ANIMAIS VIVOS.....	165	531	1,370	681	0,0	0,0	0,1	0,0
2. MATÉRIAS-PRIMAS EM BRUTO E PREPARADOS.....	397,355	433,781	487,148	516,905	28,3	30,4	30,6	29,7
— Algodão em rama ou pluma.....	114,241	108,259	95,651	111,004	8,1	7,6	6,0	6,4
— Minério de ferro (Hematita).....	70,417	80,638	102,979	100,200	5,0	5,6	6,5	5,7
— Pinho em geral.....	37,405	49,742	53,920	57,044	2,7	3,5	3,4	3,3
— Fumo em folha.....	24,118	28,291	26,226	21,894	1,7	2,0	1,6	1,3
— Minério de manganês.....	24,625	20,615	29,219	26,794	1,8	1,4	1,8	1,5
— Sisal.....	36,442	37,840	22,690	23,159	2,6	2,7	1,4	1,3
— Cera de carnaúba.....	10,158	10,243	10,812	9,732	0,7	0,7	0,7	0,6
— Óleo de mamona.....	17,787	24,435	26,753	22,332	1,3	1,7	1,7	1,3
— Petróleo em bruto.....	8,936	—	—	—	0,6	—	—	—
— Diversos.....	53,226	73,718	118,896	144,746	3,8	5,2	7,5	8,3
3. GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS..	968,140	920,819	986,612	1,122,655	68,8	64,4	61,8	64,5
— Café em grão.....	748,284	759,703	706,557	763,983	53,2	53,1	44,3	43,9
— Cacau em amêndoas.....	36,030	34,816	27,689	50,731	2,5	2,4	1,7	2,9
— Manteiga de cacau.....	15,721	10,846	13,347	20,779	1,1	0,8	0,8	1,2
— Açúcar demerara.....	62,725	32,950	54,029	80,535	4,5	2,3	3,4	4,6
— Castanha do Pará.....	8,882	10,421	11,567	15,084	0,6	0,7	0,7	0,9
— Diversos.....	97,498	72,083	173,423	191,543	6,9	5,1	10,9	11,0
4. PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	16,605	17,648	14,575	25,074	1,2	1,2	0,9	1,4
5. MAQUINARIA, VEÍCULOS, PERTENCES E ACESSÓRIOS.....	10,633	18,266	28,879	33,308	0,8	1,3	1,8	1,9
6. MANUFATURAS.....	8,841	32,063	62,932	34,591	0,6	2,3	3,9	2,0
7. ARTIGOS MANUFATURADOS DIVERSOS	1,302	1,965	3,108	3,863	0,1	0,1	0,2	0,2
OURO, MOEDAS, TRANSAÇÕES ESPECIAIS	3,439	4,717	10,809	4,365	0,2	0,3	0,7	0,3

QUADRO II

Importações brasileiras segundo as principais mercadorias

— 1963/1966 —

MERCADORIAS	VALOR CIF (US\$ 1,000)				COMPOSIÇÃO PERCENTUAL			
	1963	1964	1965	1966	1963	1964	1965	1966
TOTAL	1,486,848	1,263,451	1,096,788	1,496,216	100,0	100,0	100,0	100,0
1. ANIMAIS VIVOS.....	4,795	1,937	1,409	1,706	0,3	0,2	0,1	0,1
2. MATÉRIAS-PRIMAS EM BRUTO E PREPARADOS	332,753	303,953	272,598	307,940	22,4	24,5	24,8	20,6
2.1 — COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES, ÓLEOS E S/PRODUTOS	262,362	253,110	225,362	251,659	17,7	20,4	20,5	16,8
— Petróleo em bruto.....	176,362	170,366	156,441	164,573	11,9	13,5	14,3	11,0
— Derivados de petróleo.....	70,851	58,301	46,339	55,284	4,8	4,6	4,2	3,7
— Carvão e coque.....	15,149	29,443	22,582	31,802	1,0	2,3	2,0	2,1
2.2 — BORRACHAS NATURAL E SINTÉTICA.....	18,220	13,684	7,824	11,978	1,2	1,1	0,7	0,8
2.3 — DIVERSOS.....	52,171	37,159	39,412	44,303	3,5	3,0	3,6	3,0
3. GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS..	250,654	297,605	213,202	276,131	16,9	23,6	19,5	18,5
— Trigo em grão.....	164,004	209,560	135,809	167,771	11,1	16,6	12,4	11,2
— Bacalhau.....	16,732	13,520	11,175	19,398	1,1	1,1	1,0	1,3
— Diversos.....	69,918	74,525	66,218	88,962	4,7	5,9	6,1	6,0
4. PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS.....	179,465	148,127	174,162	226,109	12,1	11,7	15,9	15,1
— Adubos Manufaturados.....	23,865	19,189	26,387	26,006	1,6	1,5	2,4	1,7
— Soda cáustica.....	13,147	12,566	10,261	12,186	0,9	1,0	1,0	0,8
— Barrilha.....	2,539	322	232	1	0,2	0,0	0,0	0,0
— Diversos.....	139,914	116,050	137,282	187,916	9,4	9,2	12,5	12,6
5. MAQUINARIAS, VEÍCULOS, PERTENCES E ACESSÓRIOS.....	436,461	303,731	244,296	381,323	29,3	24,4	22,3	25,5
— Veículos e s/pertences e acessórios.....	119,694	67,448	45,403	86,857	8,0	5,3	4,2	5,8
— Máquinas e aparelhos elétricos.....	82,060	61,197	50,534	81,603	5,5	4,8	4,6	5,5
— Diversos.....	234,707	180,086	148,359	212,863	15,8	14,3	13,5	14,2
6. MANUFATURAS.....	240,511	161,116	155,063	248,558	16,2	12,7	14,1	16,6
— Metais empregados na metalurgia.....	155,274	102,012	104,057	182,224	10,4	8,0	9,5	12,2
— Manufaturas de metais e sua ligas.....	40,912	28,781	23,407	31,121	2,8	2,3	2,1	2,1
— Diversos.....	44,325	30,323	27,599	35,213	3,0	2,4	2,5	2,3
7. ARTIGOS MANUFATURADOS DIVERSOS	40,117	35,403	33,351	51,126	2,7	2,8	3,0	3,4
8. OURO, MOEDAS, TRANSAÇÕES ESPECIAIS	2,092	1,579	2,707	3,323	0,1	0,1	0,3	0,2

QUADRO III — a

1 — Comércio exterior do Brasil — exportação

I — Segundo áreas econômicas e países

— 1963/1966 —

ÁREAS ECONÔMICAS E PAÍSES	VALOR FOB (US\$ 1,000)				COMPOSIÇÃO PERCENTUAL			
	1963	1964	1965	1966	1963	1964	1965	1966
TOTAL.....	1,406,480	1,429,700	1,595,479	1,741,442	100,0	100,0	100,0	100,0
1. ESTADOS UNIDOS.....	530,919	474,341	520,190	581,394	37,8	33,2	32,6	33,4
2. MERCADO COMUM EUROPEU.....	394,106	372,873	413,432	430,567	28,0	26,1	25,8	24,7
— Alemanha Ocidental.....	111,564	133,504	141,456	133,560	7,9	9,3	8,9	7,7
— Bélgica Luxemburgo.....	36,048	41,516	48,038	39,077	2,6	2,9	3,0	2,2
— França.....	53,863	50,884	56,413	60,068	3,8	3,6	3,5	3,4
— Itália.....	83,800	67,842	85,112	109,027	6,0	4,8	5,3	6,3
— Países Baixos.....	108,831	79,037	81,413	88,835	7,7	5,5	5,1	5,1
3. ALALC.....	76,046	132,773	197,406	181,510	5,4	9,3	12,4	10,4
— Argentina.....	46,204	90,819	140,914	113,085	3,3	6,4	8,8	6,5
— Chile.....	10,441	11,319	19,147	22,638	0,7	0,8	1,2	1,3
— Colômbia.....	548	1,989	2,829	6,898	0,0	0,1	0,2	0,4
— Equador.....	27	397	172	293	0,0	0,0	0,0	0,0
— México.....	1,352	6,253	9,101	6,162	0,1	0,4	0,6	0,4
— Paraguai.....	2,935	2,514	2,250	2,545	0,2	0,2	0,1	0,1
— Peru.....	1,044	1,258	11,853	9,861	0,1	0,1	0,8	0,6
— Uruguai.....	13,495	18,224	11,140	20,028	1,0	1,3	0,7	1,1
4. JAPÃO.....	31,517	27,832	29,636	41,042	2,2	1,9	1,9	2,4
5. ASSOC. EUROPEIA DE LIVRE COMÉRCIO.....	160,401	183,132	192,971	209,033	11,4	12,8	12,1	12,0
— Áustria.....	3,172	2,866	3,755	4,501	0,2	0,2	0,2	0,3
— Dinamarca.....	28,798	34,391	38,939	38,492	2,1	2,4	2,4	2,2
— Noruega.....	17,373	18,671	20,155	23,934	1,2	1,3	1,3	1,4
— Portugal.....	2,502	5,309	5,452	6,006	0,2	0,4	0,3	0,3
— Reino Unido.....	55,436	62,978	61,705	74,039	3,9	4,4	3,9	4,3
— Suécia.....	42,953	51,345	55,205	54,800	3,1	3,6	3,5	3,1
— Suíça.....	10,167	7,572	7,760	7,261	0,7	0,5	0,5	0,4
6. ÁREA SOCIALISTA.....	100,274	97,655	96,384	112,922	7,1	6,8	6,0	6,5
— Alemanha Oriental.....	12,260	14,723	15,054	18,725	0,9	1,0	0,9	1,1
— Hungria.....	5,966	6,636	9,168	12,286	0,4	0,5	0,6	0,7
— Iugoslávia.....	9,123	12,825	12,255	19,488	0,6	0,9	0,8	1,1
— Polónia.....	12,835	7,925	11,055	8,297	0,9	0,5	0,7	0,5
— Tchecoslováquia.....	13,604	12,952	15,903	18,882	1,0	0,9	1,0	1,1
— URSS.....	49,108	37,146	29,297	31,641	2,8	2,6	1,8	1,8
— România.....	6,378	5,448	3,652	3,003	0,5	0,4	0,2	0,2
7. OUTROS PAÍSES.....	115,217	141,184	146,160	184,974	8,1	9,9	9,2	10,6
— Antilhas Holandesas.....	1,305	176	238	199	0,1	0,0	0,0	0,0
— Arábia Saudita.....	353	13	1	1	0,0	0,0	0,0	0,0
— Canadá.....	22,354	21,944	24,833	22,876	1,6	1,6	1,6	1,3
— Coveite.....	2	16	—	1	0,0	0,0	—	0,0
— Espanha.....	12,966	12,666	24,56	23,645	0,9	0,9	1,6	1,4
— Iraque.....	170	—	2,082	883	0,0	—	0,1	0,0
— Venezuela.....	3,391	4,711	3,081	4,623	0,3	0,3	0,2	0,3
— Demais Países.....	72,676	101,658	91,379	132,746	5,2	7,1	5,7	7,6

QUADRO III — b

2 — Comércio exterior do Brasil — importação

I — Segundo áreas econômicas e países

— 1963/1966 —

ÁREAS ECONÔMICAS E PAÍSES	VALOR CIF (US\$ 1,000)				COMPOSIÇÃO PERCENTUAL			
	1963	1964	1965	1966	1963	1964	1965	1966
TOTAL.....	1,486,848	1,203,451	1,096,788	1,496,216	100,0	100,0	100,0	100,0
1. ESTADOS UNIDOS.....	466,519	435,829	325,305	589,952	30,7	34,5	29,7	39,4
2. MERCADO COMUM EUROPEU.....	297,112	210,474	186,616	257,604	20,0	16,7	17,0	17,2
— Alemanha Ocidental.....	134,200	103,264	96,287	134,671	9,0	8,2	8,8	9,0
— Bélgica Luxemburgo.....	18,560	14,656	12,629	20,227	1,3	1,2	1,2	1,3
— França.....	77,370	51,110	33,271	41,056	5,2	4,0	3,0	2,7
— Itália.....	45,008	26,432	25,537	36,677	3,0	2,1	2,3	2,5
— Países Baixos.....	21,889	15,012	18,892	24,973	1,5	1,2	1,7	1,7
3. ALALC.....	163,922	167,997	190,411	167,033	11,0	13,3	17,4	11,2
— Argentina.....	87,956	116,316	132,023	116,963	5,9	9,2	12,0	7,8
— Chile.....	31,275	24,923	26,994	17,430	0,1	2,0	2,5	1,2
— Colômbia.....	152	27	960	850	0,0	0,0	0,1	0,1
— Equador.....	16	118	38	19	0,0	0,0	0,0	0,0
— México.....	17,932	10,028	9,177	14,804	1,2	0,8	0,8	1,0
— Paraguai.....	877	645	471	275	0,1	0,0	0,1	0,0
— Peru.....	15,428	13,490	12,375	7,286	1,0	1,1	1,1	0,5
— Uruguai.....	10,286	2,450	8,373	9,406	0,7	0,2	0,8	0,6
4. JAPÃO.....	61,629	33,813	36,728	44,452	4,1	2,7	3,3	3,0
5. ASSOC. EUROPEIA DE LIVRE COMÉRCIO.....	143,777	105,863	92,555	173,609	9,7	8,4	8,4	11,6
— Áustria.....	4,625	2,266	1,985	2,478	0,3	0,2	0,2	0,2
— Dinamarca.....	19,300	15,852	13,370	11,940	1,3	1,2	1,2	0,8
— Noruega.....	12,585	10,396	8,539	16,811	0,9	0,8	0,8	1,1
— Portugal.....	3,152	1,583	2,555	41,135	0,2	0,1	0,2	2,7
— Reino Unido.....	52,820	37,462	30,450	44,399	3,6	3,0	2,8	3,0
— Suécia.....	31,872	23,293	18,831	30,945	2,1	1,8	1,7	2,1
— Suíça.....	19,423	15,011	16,825	25,901	1,3	1,3	1,5	1,7
6. ÁREA SOCIALISTA.....	81,662	78,087	69,971	77,470	5,5	6,2	6,4	6,2
— Alemanha Oriental.....	8,716	11,876	8,889	9,583	0,6	0,9	0,8	0,6
— Hungria.....	1,422	2,989	1,979	911	0,1	0,2	0,2	0,1
— Iugoslávia.....	7,495	12,025	6,436	7,042	0,5	1,0	0,8	0,5
— Polônia.....	9,960	10,074	7,075	11,280	0,7	0,8	0,6	0,8
— Tchecoslováquia.....	14,034	12,514	8,456	11,415	0,9	1,0	0,8	0,8
— URSS.....	37,019	27,571	34,971	36,573	2,5	2,2	3,2	2,4
— România.....	2,916	1,038	2,165	666	0,2	0,1	0,2	0,0
7. OUTROS PAÍSES.....	222,257	230,388	195,204	186,990	19,0	18,2	17,8	12,4
— Antilhas Holandesas.....	20,314	18,555	13,705	13,039	1,4	1,5	1,3	0,0
— Arábia Saudita.....	47,799	18,807	10,423	28,751	3,2	1,5	0,9	1,9
— Canadá.....	25,182	14,523	12,887	17,520	1,7	1,1	1,2	1,2
— Cerveite.....	22,269	13,829	15,454	16,993	1,5	1,1	1,4	1,1
— Espanha.....	10,301	11,005	6,570	12,311	0,7	0,9	0,6	0,8
— Iraque.....	823	28,927	27,201	26,189	0,0	2,3	2,5	1,7
— Venezuela.....	97,539	92,359	82,085	70,506	6,6	7,3	7,5	4,7
— Demais Países.....	58,029	32,384	26,789	787	3,9	2,5	2,4	0,1

QUADRO IV
Índices do comércio exterior
— 1953/1966

ANO	EXPORTAÇÃO GERAL		IMPORTAÇÃO GERAL		RELAÇÃO DE TROCAS	CAPACIDADE DE IMPORTAR
	Quantum	Preço (US\$)	Quantum	Preço (US\$)		
1953.....	100	100	100	100	100	100
54.....	86	117	142	87	134	115
55.....	100	93	126	79	118	118
56.....	108	89	119	79	113	122
57.....	109	91	145	78	117	117
58.....	96	84	145	71	118	113
59.....	117	71	160	65	109	128
1960.....	118	70	161	69	101	119
61.....	128	71	151	73	97	124
62.....	118	67	140	80	84	99
63.....	130	70	146	78	90	117
64.....	116	80	122	78	103	119
65.....	116	90	101	83	108	125
1966.....	117	97	119	95	102	119